

Lei nº 15.226

Data 25 de julho de 2006.

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2007, conforme específica.

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2007, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X - disposições transitórias;
- XI - demais disposições.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º. As metas e prioridades para o exercício de 2007, centradas nos macroobjetivos de Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social, desdobram-se em ações inseridas nas cinco Linhas a seguir discriminadas:

1. Educação, Inovação e Cultura e Turismo – articular programas que assegurem uma melhor capacitação da população paranaense pelo conhecimento, difusão cultural e o desenvolvimento científico e tecnológico.
2. Infra-Estrutura e Meio Ambiente – aumentar a capacidade de competição das atividades produtivas, melhorar o sistema rodoviário do Estado, expandir a infra-estrutura portuária e do meio ambiente visando o desenvolvimento paranaense.
3. Expansão Produtiva – ampliar a base produtiva por via do crescimento dos investimentos na produção e industrialização, inclusive com a promoção de cursos de formação e capacitação nas áreas de investimento e industrialização de matérias primas, e aumento de produtividade.
4. Emprego, Cidadania e Solidariedade – garantir o acesso a programas e serviços de assistência social e geração de emprego e renda para o conjunto dos paranaenses.
5. Gestão do Estado – promover a reestruturação da administração pública, ampliando sua eficiência, eficácia e efetividade e sua capacidade de planejamento e gestão.

Art. 3º. As ações serão detalhadas no Projeto de Lei Orçamentária, seguindo os principais objetivos dos Programas:

- I - Programa Educação: universalizar a educação básica pública e gratuita de qualidade e assegurar a oferta educacional para os segmentos sociais menos favorecidos;
- II - Programa Desenvolvimento do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia: estimular apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico e promover o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- III- Programa Ação e Inserção Cultural: valorizar a identidade paranaense e sua produção artística, com incentivo à produção e difusão cultural do Paraná, promovendo a integração com os demais estados brasileiros e com o MERCOSUL;
- IV - Programa Bons Caminhos: atuar na ampliação e na recuperação da infra-estrutura de transportes nos setores rodoviário, ferroviário, aeroportuário e hidroviário;
- V - Programa Resgate do Porto Público: resgatar a condição de Porto Público, transformando os portos paranaenses para atuarem como agentes indutores do desenvolvimento econômico e social;
- VI - Programa Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – RMC e Maringá: estabelecer diretrizes para ações na Região Metropolitana de Curitiba e Maringá nas áreas de uso e controle do parcelamento do solo regional, sistema viário, habitação, infra-estrutura, meio ambiente, socioeconômico e institucional;

- VII - Programa Meio Ambiente: implantar uma política ambiental, conservar a biodiversidade mediante a gestão, conservação e recuperação dos recursos naturais, inclusive no que se refere às águas subterrâneas;
- VIII- Programa Desenvolvimento Urbano e Regional: promover o desenvolvimento regionalizado de uma rede estadual de cidades dotadas de infra- estrutura e serviços urbanos comunitários adequados, bem como o desenvolvimento orientado das cidades;
- IX - Programa Energia: universalizar o serviço de energia elétrica barata e de qualidade à população de baixa renda;
- X - Programa Desenvolvimento da Agropecuária: incentivar a diversificação e a modernização do setor agropecuário, com vistas à redução da pobreza no meio rural e inserção social do agricultor familiar, executar a prevenção e erradicação de doenças de animais e vegetais;
- XI - Programa Desenvolvimento da Produção: promover o desenvolvimento econômico, bem como o desempenho das atividades de apoio relativas aos interesses do Paraná no âmbito estadual e do MERCOSUL;
- XII - Programa Desenvolvimento do Turismo: promover o desenvolvimento sustentável do turismo com ações de fomento da oferta do produto turístico paranaense e sua divulgação implementando e apoiando os municípios com forte atração turística.
- XIII- Programa Trabalho e Renda: aumentar a geração de emprego e renda, desenvolvendo atividades ocupacionais em diversos setores e promover a inserção dos trabalhadores desempregados no mercado de trabalho;
- XIV- Programa Leite das Crianças: reduzir as deficiências nutricionais, desencadeando ações para a redução dos índices de morbidade, mortalidade e desnutrição infantil;
- XV - Programa Saúde: promover a prevenção, a proteção e a atenção à saúde, de forma integrada, descentralizada e regionalizada, aumentar a cobertura, de forma integral, à saúde de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- XVI- Programa Assistência Social: implementar a política estadual de assistência social, promovendo ações de proteção, promoção e inclusão social e garantindo direitos e acesso à renda, bens e serviços e às políticas públicas;
- XVII-Programa Casa da Família: construir habitações para famílias de baixa renda e indígenas;
- XVIII- Programa Saneamento: atender à população com água potável, coleta e tratamento dos esgotos domésticos e resíduos sólidos;
- XIX -Programa Segurança Cidadã: desenvolver ações para reduzir a violência e combater a criminalidade;
- XX - Programa Justiça: desenvolver ações que visem à preservação dos direitos humanos e à garantia dos direitos individuais e coletivos e ampliar a oferta de vagas no sistema penitenciário;
- XXI -Programa Planejamento e Coordenação Geral: aprimorar as práticas de gestão na administração pública e aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos mediante melhor planejamento e coordenação das políticas públicas;

- XXII - Programa Administração Pública: melhorar a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos, implementar e difundir modelos empreendedores de gestão pública e investir na capacitação profissional dos servidores públicos estaduais;
- XXIII - Programa Paraná Fiscal: gerir a política fiscal e o sistema financeiro estadual;
- XXIV - Programa Informação: promover políticas estratégicas para o desenvolvimento social e econômico do Paraná, notadamente no campo da informação e da informática;
- XXV - Programa Apoio Administrativo: manter o suporte administrativo para o perfeito funcionamento das unidades estaduais.
- XXVI - ... Vetado ...
- XXVII -... Vetado ...

Art. 4º. No Projeto de Lei Orçamentária, a destinação dos recursos relativos aos programas sociais conferirá prioridades aos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Parágrafo único. O Poder Executivo discriminará as áreas a que se refere o caput deste artigo com seus respectivos montantes, bem como o detalhamento das ações, através de relatório que deverá acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2007.

CAPÍTULO II

DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 5º. A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na portaria nº 328, de 27/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 6º. As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2007, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 17.351.595.300,00 (dezessete bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e trezentos reais).

Art. 7º. As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor serão atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento

e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2006, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de Lei orçamentária.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 8º. A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- ◆ PODER LEGISLATIVO 5,0%
- ◆ PODER JUDICIÁRIO8,5%
- ◆ MINISTÉRIO PÚBLICO até 3,8%

§ 1º Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.

§ 2º O Ministério Público, em decorrência do acréscimo do limite de que trata o caput em relação ao percentual do ano anterior apresentará Plano de Trabalho Regionalizado das ações que deverão ser implementadas, com detalhamento por metas e prioridades, a fim de dar cumprimento às disposições contidas na LRF e oportunizando o acompanhamento do Controle Externo, enviando-o à Assembléia Legislativa para ciência e ao Poder Executivo para compor memórias de cálculos.

Art. 9º. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2007 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

- I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no Art. 8º desta Lei;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;

- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 30% (trinta por cento), da receita de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual;
- VII - ... Vetado ...
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 36 desta Lei;
- XIII - ao Fundo Estadual de Cultura observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 1º As despesas com ações e serviços de saúde a que se refere o inciso VII são aquelas relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

- a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- b) vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, vigilância sanitária;
- c) orientação alimentar, e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;
- d) educação para a saúde;
- e) saúde do trabalhador;
- f) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;
- g) assistência farmacêutica;
- h) ... Vetada;
- i) capacitação de recursos humanos do SUS;
- j) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;
- k) produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, e equipamento;
- l) saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado ao controle de vetores, a ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), e outras ações de saneamento a critério do Conselho Nacional de Saúde;
- m) serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;
- n) atenção especial aos portadores de deficiência;
- o) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução das ações indicada nos itens anteriores.

§ 2º ... Vetado ...

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da LDO / 2007 à Assembléia Legislativa.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

- a) **Função:** nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);
- b) **Subfunção:** nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);
- c) **Programa:** instrumento de organização da ação governamental, que visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, ampliar a transparência na aplicação dos recursos e produzir uma melhor visão dos resultados e benefícios gerados para a sociedade. Toda a ação do Governo é estruturada em programas definidos no Plano Plurianual. Os programas representam o elo de ligação entre o Plano e o Orçamento. A partir dos programas são identificadas ações sob a forma de Projetos, Atividades ou Operações Especiais (Nível Estadual da Funcional Programática);
- d) **Projeto:** instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo (Nível Estadual da Funcional Programática);
- e) **Atividade:** instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo (Nível Estadual da Funcional Programática);
- f) **Operação Especial:** conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais (Nível Estadual da Funcional Programática);
- g) **Modalidade de Aplicação:** especificação da forma como os recursos orçamentários serão aplicados pelas unidades orçamentárias na execução das ações;

h) **Órgão Orçamentário**: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido.

i) **Unidade Orçamentária**: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por Unidade Orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

§ 2º A Modalidade de Aplicação a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira a outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou se mediante transferência financeira a entidades sem fins lucrativos e outras instituições, bem como se serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo e observará, o seguinte detalhamento:

I - 20 – Transferências à União;

II - 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;

- III - 40 – Transferências a Municípios;
- IV - 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- V - 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- VI - 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- VII - 80 – Transferências ao Exterior;
- VIII - 90 – Aplicações Diretas;
- IX - 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta (*);
- X - 99 – A ser Definida.

(*) Modalidade de Aplicação de uso restrito, sujeito a orientação do Órgão Central de Orçamento

§ 3º - Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o *caput* deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 87/96;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em encampação de Rodovias;
- Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM / PEDU / PARANASAN;
- Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito ou não;
- Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
- Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária – FEAP;
- Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;
- Fonte 129 - Taxas de Polícia – FUNRESPOL;
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091/95;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 138 - Taxa Ambiental;
- Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM;
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;
- Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCB;

Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;

Fonte 130 - Operação de Crédito Externa – Paraná 12 Meses / BIRD;

Fonte 136 - Operação de Crédito Externa – PROEM / BID;

Fonte 137 - Operação de Crédito Externa – Paraná Urbano II / BID;

Fonte 140 - Operação de Crédito Externa – Saneamento Ambiental-PARANASAN/JBIC;

Fonte 142 - Operação de Crédito Externa – PR 12 Meses – Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - PRODESUS;

Fonte 143 - Outras Operações de Crédito Externas.

GRUPO 16 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

GRUPO 45 – FUNDEF – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;

Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;

Fonte 253 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;

Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;

Fonte 255 - Transferências da União – SUS;

Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;

Fonte 260 - Multas Ambientais – FEMA (Fundo Estadual de Meio Ambiente);

Fonte 270 - Aumento de Capital Social;

Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 13. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacada

por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO / 2007 à Assembléia Legislativa.

Art. 15. ... Vetado ...

Art. 16. ... Vetado ...

Parágrafo único. ... Vetado ...

Art. 17. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no Art. 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

- I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II - texto da Lei;
- III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;
- VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;
- VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no Art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná e no art. 16 desta Lei;
- VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais;
- IX - anexo VII contendo as proposições parlamentares relativas às emendas a despesa;
- X - anexo VIII contendo as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático;

- XI - anexo IX contendo os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas contidas no anexo VII.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 18. A elaboração do Projeto de Lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2007 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º ... Vetado ...

§ 3º O Poder Executivo divulgará na internet, ao menos:

- I- as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar no 101, de 2000;
- II- a lei orçamentária anual e seus anexos;
- III- a execução orçamentária com o detalhamento das ações, por Órgão e Unidade, por função, subfunção e programa, mensalmente e de forma acumulada;
- IV- relatório contendo dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual;
- V- até o vigésimo dia de cada mês, relatório comparando a arrecadação mensal realizada até o mês anterior das receitas do orçamento fiscal e próprio da Administração Indireta e as do Sistema Previdenciário do Estado, com as respectivas estimativas mensais constantes dos demonstrativos encaminhados juntamente com a proposta de lei orçamentária, bem como de eventuais reestimativas;
- VI- até o vigésimo quinto dia de cada mês, relatório comparando a receita realizada com a prevista na lei orçamentária e no cronograma de arrecadação, mês a mês e acumulada.

Art. 19. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º. Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º. No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 20. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2006, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 22. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional a taxa de câmbio vigente em 30 de junho de 2006.

Art. 23. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

I- fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do Art. 167, § 3º da Constituição Federal e do Art. 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos;

VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 25. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 26. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 27. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 28. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 29. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 30. A lei orçamentária de 2007, incluirá verba necessária ao pagamento de débitos da Fazenda Pública Estadual, oriundo de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, nos termos do artigo 100 da Constituição Federal;

§ 1º - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos. (suprimido o texto final)

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até 20 de julho de 2006, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2006, a serem incluídos no orçamento de 2007, especificando:

- I- Número da ação originária;
- II- Número do precatório;
- III- Tipo de causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- Enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- Data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI - ...Vetado ...

VII- Valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2006, conforme art. 98, §3º da Constituição do Estado do Paraná);

VIII- Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento quando se tratar de ação civil.

§ 3º - A Fazenda Pública Estadual, encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado e ao Tribunal de Contas, quadrimestralmente, até 15 (quinze) dias após, relatórios de pagamentos de precatórios realizados, elaborados na forma dos incisos I a VIII do § 2º, destacando-se os valores originais, da correção monetária e o montante pago no quadrimestre e acumulado.

Art. 31. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º. A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 32. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 33. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do Art. 78, § 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 34. O Saldo Financeiro verificado em 31/12/2006, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31/01/2007.

Art. 35. ...Vetado ...

Art. 36. A Lei Orçamentária Anual poderá conter reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 37. A Lei Orçamentária para o exercício de 2007, conterá autorização para abertura de créditos adicionais até o limite de 10% do valor da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excetuando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de Convênios, Acordos Nacionais, e com Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Parágrafo único. É vedada a concessão de abertura de créditos ilimitados, nos termos do inciso VII do Art. 167 e 135 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

CAPÍTULO VI

DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 38. Os ajustes nos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas ações, produtos, metas físicas e financeiras e na regionalização serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2007.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2006, em especial:

- I- as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II- a concessão e redução de isenções fiscais;
- III- a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS
SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 40. No exercício financeiro de 2007 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º. A repartição dos limites globais, de acordo com o Art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º. O Estado concederá reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no Art. 22, parágrafo único, item I da referida Lei.

§ 4º. ...Vetado ...

Art. 41. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 42. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 43. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2007, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 44. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 45. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2007, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO XI DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 46. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no Art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º. Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados.

§ 2º. Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 47. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no Art. 7º desta Lei.

Art. 48. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no Art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 49. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 50. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 51. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA , em 25 de julho de 2006.

Roberto Requião
Governador do Estado

Jair Ramos Braga
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Heron Arzua
Secretário de Estado da Fazenda

Luiz Forte Neto
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

Maria Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Vera Maria Haj Mussi Augusto
Secretária de Estado da Cultura

Airton Carlos Pisseti
Secretário de Estado da Comunicação Social

Lygia Lumina Pupatto
Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Emerson José Nerone
Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social

Lindsley da Silva Rasca Domingues
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Newton Pohl Ribas
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Cláudio Murilo Xavier
Secretário de Estado da Saúde

Mauricio Requião de Mello e Silva
Secretário de Estado da Educação

Rogério Wallbach Tizzot

Secretário de Estado dos Transportes

Luiz Fernando Ferreira Delazari
Secretário de Estado da Segurança Pública

Nestor Celso Imthouzen Bueno
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Luiz Dernizo Caron
Secretário de Estado de Obras Públicas

Wirgílio Moreira Filho
Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul

Celso de Souza Caron
Secretário de Estado do Turismo

Rafael Iatauro
Chefe da Casa Civil

Luiz Carlos Delazari
Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

Milton Buabssi
Secretário Especial de Relações com a Comunidade

Nizan Pereira Almeida
Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

Mário José de Rauen Bacellar Filho
Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

Sergio Botto de Lacerda
Procurador-Geral do Estado

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

Na execução orçamentária e financeira do exercício de 2005, prevaleceu a continuidade do processo de equilíbrio das contas públicas estaduais.

A execução orçamentária do exercício obedeceu critérios para a liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 4.224, de 21 de janeiro de 2005, observando as estimativas de ingresso de receita.

No exercício financeiro de 2005 as Receitas não Financeiras, ou seja as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 4,35% em relação aos valores previstos na LDO / 2005.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 5,73%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou reduzida em 13,62% (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Metas Fiscais Relativas a 2005

Discriminação	Previsto (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)
Receita Não Financeira	12.536.908	13.081.751
Despesa Não Financeira	11.639.905	12.306.898
Resultado Primário	897.003	774.853

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2003 a 2005 e reprogramadas para 2006.

Tabela 2 – Metas Fiscais 2003-06 - Preços Correntes - em R\$ 1000

Discriminação	2003	2004	2005	2006
I. Resultado Primário Indicado na LDO	223.325	891.517	897.003	587.381
II. Resultado Primário Obtido	733.620	781.015	774.853	600.373
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	510.295	-110.502	-122.150	12.992
IV. Resultado Nominal Obtido	-211.806	610.158	911.570	-811.717

Fonte: SEFA/SEPL

Tabela 3 – Metas Fiscais 2003-06 - Preços Constantes de 2006 - em R\$ 1000

Discriminação	2003	2004	2005	2006
I. Resultado Primário Indicado na LDO	277.590	1.013.855	948.042	587.381
II. Resultado Primário Obtido	911.879	888.189	818.942	600.373
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	634.290	-125.666	-129.100	12.992
IV. Resultado Nominal Obtido	-263.272	693.886	963.438	-811.717

Fonte: SEFA/SEPL

O esforço do Estado do Paraná em se adequar ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal aderido em outubro de 1998, tem sido demonstrado nos constantes superávits primários verificados no decorrer dos exercícios, apesar de inferiores aos previstos nas LDOs de 2004 e 2005.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2003 a 2009.

Tabela 4 – Indicadores Econômicos do Período de 2003 a 2009

Indicador	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB do Brasil (variação %)	0,54	4,94	2,30	3,50	3,60	3,83	3,70
PIB do Paraná (variação %)	5,20	2,40	3,00	4,00	4,10	4,35	4,14
Inflação, IPCA (variação %)	9,30	7,60	5,69	4,50	4,50	4,50	4,30
Taxa de Câmbio, previsão 31/03 BC (R\$/US\$)	2,89	2,65	2,34	2,20	2,34	2,50	2,60

Fonte: Banco Central, IPARDES/SEPL

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2007 a 2009, na média de 0,46% do PIB do Paraná, supõe:

- a retomada do crescimento sustentável da economia do Estado;
- o incremento das receitas não financeiras;
- a continuidade do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- a continuidade do controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2007 a 2009, a preços correntes e constantes de 2006.

Tabela 5 – Metas Fiscais para o Período 2007-09, Preços Correntes

DISCRIMINAÇÃO	2007		2008		2009	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	15.763.278	11,32%	17.050.418	11,23%	18.363.611	11,13%
II. Despesas Não Financeiras	15.095.919	10,84%	16.341.460	10,76%	17.635.489	10,69%
III. Resultado Primário	667.359	0,48%	708.958	0,47%	728.122	0,44%
IV. Saldo Devedor da Dívida	12.651.279	9,08%	12.718.585	8,38%	12.873.446	7,80%
V. Resultado Nominal	144.751	0,10%	67.306	0,04%	154.861	0,09%

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

Tabela 6 – Metas Fiscais para o Período 2007-09, Preços Constantes de 2006

DISCRIMINAÇÃO	2007		2008		2009	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	15.084.480	11,32%	15.613.579	11,23%	16.061.163	11,13%
II. Despesas Não Financeiras	14.445.859	10,84%	14.964.365	10,76%	15.424.334	10,69%
III. Resultado Primário	638.621	0,48%	649.214	0,47%	636.829	0,44%
IV. Saldo Devedor da Dívida	12.106.490	9,08%	11.646.790	8,38%	11.259.360	7,80%
V. Resultado Nominal	138.518	0,10%	61.634	0,04%	135.444	0,09%

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2003 a 2005. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 – Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2005 (R\$ 1.000)	2004 (R\$ 1.000)	2003 (R\$ 1.000)
ATIVO FINANCEIRO	1.887.572	1.594.429	1.261.043
ATIVO PERMANENTE	9.963.453	18.721.198	15.831.900
SOMA DO ATIVO REAL	11.851.025	20.315.627	17.092.943
PASSIVO FINANCEIRO	4.338.330	4.087.386	4.248.363

PASSIVO PERMANENTE	15.602.631	14.073.289	12.484.539
SOMA DO PASSIVO REAL	19.940.961	18.160.675	16.732.902
SALDO PATRIMONIAL	-8.089.936	2.154.952	360.041

4. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial

O Ativo Total da PARANAPREVIDENCIA em dezembro de 2.004 atingiu o montante de R\$ 3,693 bilhões, e em dezembro de 2.005 registrou o valor de R\$ 3,997 bilhões.

O Programa de Investimentos do Fundo Previdenciário que correspondia a R\$ 3,024 bilhões em dezembro de 2.004, registrou o valor de R\$ 3,183 bilhões em dezembro de 2.005.

O ano de 2.005 foi marcado pela valorização cambial de 11,82% do Real em relação ao Dólar, com reflexo negativo direto na rentabilidade dos investimentos, que têm 41,1% da carteira representada por títulos inegociáveis (CFT's), indexados à variação do dólar.

Desta forma, no ano, a rentabilidade da Carteira Total do Fundo Previdenciário foi de 3,82%, equivalente a 20,11% do CDI, correspondendo ao IGPM, menos 3,94%.

Considerando-se somente a Carteira de Mercado (excluídos os títulos inegociáveis representados pelos Certificados Financeiros do Tesouro – CFT's), a rentabilidade no ano foi de 16,54%, equivalente a 87,07% do CDI, o que corresponde ao IGPM mais 7,83% ao ano.

Além dos recursos investidos no mercado financeiro, o Fundo Previdenciário possui uma Carteira de Imóveis, oriunda do antigo Instituto de Previdência do Estado, que corresponde a R\$ 36,2 milhões, com base nos valores de dezembro de 2.005, composta por vários imóveis, sendo prédios, casas, áreas, quase todos com contrato de locação vigente e outros com providências tomadas, visando a sua locação para tornar o imóvel rentável ao Fundo Previdenciário.

De acordo com as premissas adotadas para o fechamento das reservas matemáticas em 31/12/2005, a situação patrimonial, financeira e atuarial do Fundo de Previdência apresenta-se equilibrada, com superávit técnico na ordem de R\$ 244.448.903,92 (duzentos e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, novecentos e três reais e noventa e dois centavos), conforme tabela abaixo:

Tabela 8 – Reservas Matemáticas Estimadas em 31/12/2005

Em R\$ 1,00	
Referência	Reservas Matemáticas Estimadas em 31/12/2005
(1) Benefícios Concedidos	1.422.902.182,00
(2) Benefícios a Conceder	3.467.681.733,00
(3)=(1)+(2) Benefícios Concedidos e a Conceder	4.890.583.915,00

(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(1.917.298.275,00)
(5)=(3)+(4) Reservas Matemáticas	2.973.285.640,00
(6)=(7)-(5) Resultado Técnico	244.448.903,92
(7) Ativo Líquido do Fundo de Previdência	3.217.734.543,92

Nota: Os valores das reservas são passíveis de ajuste futuro pelo consultor atuarial externo.

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios (Art. 17 da LC 101/2000).

Estas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2007.

Tabela 8 – Saldo da Margem de Expansão em 2007		Em R\$ 1000
Discriminação		2007
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições		840.072
2. Transferências Constitucionais e Legais		242.633
3. Saldo (1-2)		597.439
4. Saldo já utilizado		548.106
Pessoal (Concursos, Reestruturações, Promoções, Passivos e etc.)		479.180
Manutenção de Novas Penitenciárias e Educandários em Implantação		56.430
Pecatórios		3.856
PASEP		8.640
5. Margem de Expansão		49.333

ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2007 conta com riscos fiscais decorrentes da não definição da Reforma Tributária.

Todo o valor referente a Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir também se enquadra na situação de risco fiscal tendo em vista a não regulamentação até o momento do Art.91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).

Os temas expostos nos parágrafos anteriores não foram regulamentados até a data do encaminhamento deste projeto de lei.

O ICMS é um tributo de competência estadual, que possui legislação própria em cada estado da Federação. Apesar dos avanços, muitas questões são objeto de discussão, especialmente aquela que diz respeito sobre a cobrança do tributo na origem ou no destino da mercadoria, o que pode causar impacto financeiro para os Estados, com redução ou crescimento na sua arrecadação, em decorrência das alternativas possíveis em sua aplicação.

Há que se ressaltar como ponto a ser avaliado a possível necessidade de redefinição dos critérios originalmente estabelecidos para o financiamento do Fundo de Previdência em face da não realização das contribuições dos inativos e pensionistas previstas no Plano de Custeio Original da PARANAPREVIDENCIA.